

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

5



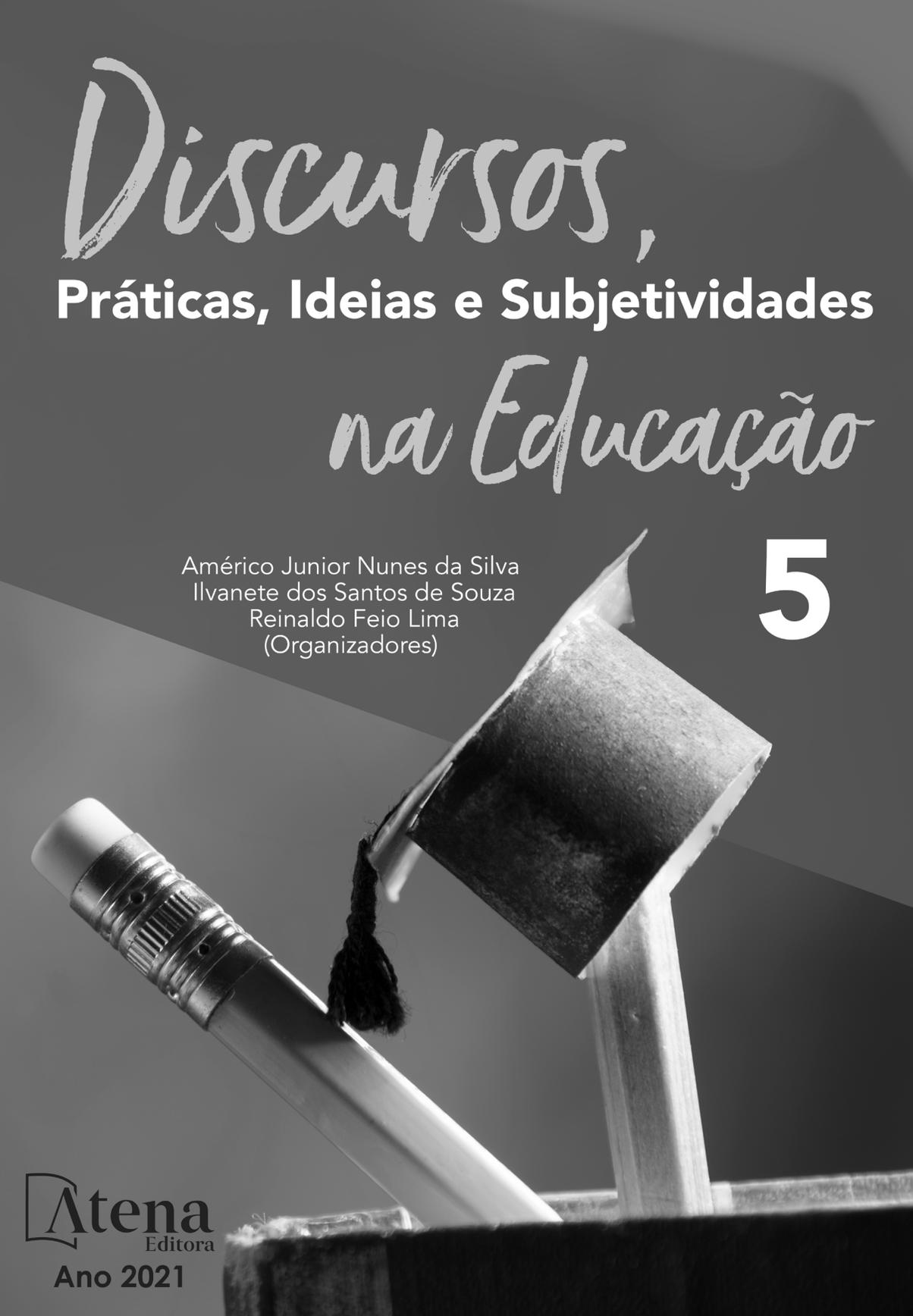
Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

5



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 5 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-027-5

DOI 10.22533/at.ed.275212804

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldade relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

¹ GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO SOBRE O DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL, EM PRAIA GRANDE (SÃO PAULO/SP, BRASIL)

Carlos Leonardo Borges da Silva

Mariangela Camba

DOI 10.22533/at.ed.2752128041

CAPÍTULO 2..... 13

ESCUELA SECUNDARIA TÉCNICA TLACHCO, UN ESTUDIO DE CASO DE COACHING EMPÍRICO

Jesús Librado Tapia Valladares

DOI 10.22533/at.ed.2752128042

CAPÍTULO 3..... 24

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EDUCACIONAL

Patrícia Fernanda da Silva

Iuri Lammel Marques

Liane Margarida Rockenbach Tarouco

Mirele de Oliveira Pacheco

DOI 10.22533/at.ed.2752128043

CAPÍTULO 4..... 38

O CURSO DE LICENCIATURA BÁSICA INTERCULTURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O REGISTRO DOS CONHECIMENTOS DOS POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Shyrley de Almeida Alves

Tainá Cunha de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.2752128044

CAPÍTULO 5..... 44

ENTRE AS SALAS DE AULA E O FOLCLORE: PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR GUILHERME SANTOS NEVES NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL (1934-1950)

Tatiana Borel

Regina Helena Silva Simões

DOI 10.22533/at.ed.2752128045

CAPÍTULO 6..... 58

PEDAGOGIA HOSPITALAR E A SUA IMPORTÂNCIA PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS

Bruna Constantino Cardoso Vieira

Cíntia Jacqueline Aranda Massuca

Thamires Maria Guimarães Alexandre

Ricardo Sant'Anna de Andrade

Tchiago Inague Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.2752128046

CAPÍTULO 7..... 66

TRADUÇÃO PARA A LIBRAS DAS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA EM FEIRAS LIVRES EM CASTANHAL-PA

Rafael Evangelista da Cruz

Suzana Mourão Gomes

Geovana Tavares Fagundes

Ivanilton Ferreira

Emilia do Socorro Conceicao de Lima Nunes

Luizete Cordovil Ferreira da Silva

Patrícia Ribeiro Maia

DOI 10.22533/at.ed.2752128047

CAPÍTULO 8..... 78

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR QUANTO A INSERÇÃO DO PADRÃO DE QUALIDADE NACIONAL EM UMA ESCOLA DE ENSINO MUNICIPAL

Sílvia Helena Fonseca dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2752128048

CAPÍTULO 9..... 85

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR EDUCADORES NO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Bruno Henrique Feitosa

Lucas Limeira Rodrigues

Fernanda Adriéli Trenkel

Léia Mendes Guedes

DOI 10.22533/at.ed.2752128049

CAPÍTULO 10..... 93

SOFTWARE EDUCACIONAL MODELLUS APLICADO AO ENSINO DE FÍSICA: UM ESTUDO DO MOVIMENTO HARMÔNICO SIMPLES

Joerbed dos Santos Gonçalves

Edson Firmino Viana de Carvalho

Karla Cristina Silva Sousa

DOI 10.22533/at.ed.27521280410

CAPÍTULO 11..... 105

O EDUCAR PELA PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS EGRESSOS ACERCA DO PROGRAMA CONECTANDO SABERES

Eliza Cristina de Oliveira

Jaison Vieira da Maia

DOI 10.22533/at.ed.27521280411

CAPÍTULO 12..... 114

INCLUSÃO ESCOLAR: INGRESSO DE UM ADOLESCENTE COM AUTISMO NO ENSINO

TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

Vânia da Silva Ferreira
Fabiana Regina da Silva Grossi
Carla da Silva Fiaes

DOI 10.22533/at.ed.27521280412

CAPÍTULO 13..... 153

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Débora Alves Feitosa
Odair Ledo Neves

DOI 10.22533/at.ed.27521280413

CAPÍTULO 14..... 165

SUBJETIVIDADE DOCENTE: OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE COMTE

Silvana Mendes Sabino Soares
Talita Almeida Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.27521280414

CAPÍTULO 15..... 174

METAMORFOSES DE SI: SUJEITOS INFANTIS E REPRESENTAÇÕES DE INFÂNCIAS

Jaqueline Madruga Flesch
Viviane Castro Camozzato

DOI 10.22533/at.ed.27521280415

CAPÍTULO 16..... 186

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA: DIÁLOGOS E PERCEPÇÕES DOS EDUCANDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A COLETA SELETIVA

Veronica Nogueira do Nascimento
Antonia Micaelle de Alencar
Janete de Souza Bezerra
Sebastiana Micaela Amorim Lemos
Clara Edilsânia Nogueira da Silva
Rita Celiane Alves Feitosa
Lidiana de Souza Freire
Gécica Coelho do Nascimento Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.27521280416

CAPÍTULO 17..... 195

COMO ARTICULAR AS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E EMANCIPADORAS PROPOSTAS PELO SINASE COM A NATUREZA ANIQUILADORA DE UMA INSTITUIÇÃO TOTAL?

Rejane Matias Gomes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.27521280417

CAPÍTULO 18..... 204

PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA SOBRE A NOVA

BNCC E A SUA IMPLANTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Júlia Luz Bohrer

Natalia Aparecida Soares

DOI 10.22533/at.ed.27521280418

CAPÍTULO 19.....216

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA PSICOPEDAGÓGICA: INSTRUMENTOS FACILITADORES

Maria Andressa Lima dos Santos Santana

Dennis Orion Pereira dos Santos

Bety Coutinho Souto Melo

DOI 10.22533/at.ed.27521280419

CAPÍTULO 20.....221

REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM 2017: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA

Verônica Mendes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.27521280420

SOBRE OS ORGANIZADORES233

ÍNDICE REMISSIVO.....235

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Data de aceite: 03/05/2021

Débora Alves Feitosa

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRB
Amargosa – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/6810832710934310>

Odair Ledo Neves

Secretaria Municipal de Educação
Serra do Ramalho – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5144465651782992>

RESUMO: O artigo em tela tem como objetivo analisar como a Educação do Campo é contemplada no Plano Municipal de Educação do município de Serra do Ramalho-Ba. O texto é um recorte de estudo mais ampliado, sobre o currículo e a identidade da escola do campo, realizado em nível de mestrado. Para esse recorte utilizou-se a pesquisa bibliográfica e análise documental. Nesse sentido, o texto apresenta os marcos legais da Educação do Campo, problematizando como a educação foi pensada para o camponês em algumas constituições brasileiras. Discute as conquistas atuais da Educação do Campo e faz uma análise do Plano Municipal de Educação do município de Serra do Ramalho. Conclui-se que o referido documento discute a Educação do Campo e reconhece que o município é rural, mas, é evidente a ausência de metas e estratégias claras no que se refere à Educação do Campo, pois ao colocá-las no campo genérico, pouco contribui para firmar a identidade e o projeto da educação do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Educação do Campo. Plano Municipal de Educação.

EDUCATION IN THE COUNTRYSIDE: A REFLECTION FROM THE MUNICIPAL PLAN OF EDUCATION

ABSTRACT: The presented article has as goal to analyze how the Education in the Countryside is contemplated by the Municipal Plan of Education in the city Serra do Ramalho-BA. The text is a frame of a wider study about the curriculum and the identity of the school in the countryside, which was produced in a master's degree level. By this mean, the text presents the legal marks of the Education in the Countryside, problematizing how the education was thought for the farmer in some Brazilian constitutions. The text also discusses the current achievements in the Education in the Countryside from the city Serra do Ramalho. It is concluded that the document referred discusses the Education in the Countryside and acknowledges that the city is rural, yet it is evident that there is a lack of goals and strategies regarding the Education in the Countryside, because, when placed in a generic field, it contributes only a little to assure the Education in the Countryside's identity and project.

KEYWORDS: Public Politics. Education in the Countryside. Municipal Plan of Education.

1 | INTRODUÇÃO

A chegada do novo milênio aponta uma nova maneira de pensar e fazer educação, em específico, a Educação do Campo, foi o período

em que se consolidou políticas públicas educacionais e como resultado de reivindicações históricas, temos a aprovação da Resolução CNE/CEB de 2002, que Instituiu Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; a Resolução CNE/CEB de 2008, que estabelece Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo e o Decreto nº 7.352 de 2010 que dispõe sobre política de Educação do Campo e o Pronera.

Nestes documentos, aparece como pontos centrais da luta do povo do campo a reivindicação por políticas que lhes assegurem o direito a educação, garanta a escola no local em que habitam, e defende, não qualquer escola, mas uma escola pensada pelo camponês, que respeite sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais.

Assim, o presente artigo percorre dois caminhos com a finalidade de compreender os marcos legais da Educação do Campo. O primeiro apresenta como a educação foi pensada para a população do campo em algumas constituições brasileiras e o segundo, discute as conquistas na Educação do Campo e faz uma análise do Plano Municipal de Educação do município de Serra do Ramalho, a fim de verificar como a discussão da Educação do Campo é contemplada neste documento. O recorte apresentado nesse texto, é parte de uma pesquisa realizada em nível de mestrado, que discutiu o currículo e a identidade da escola do campo, no município de Serra do Ramalho-Ba.

2 | EDUCAÇÃO DO CAMPO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A luta por Educação do Campo no Brasil, não é um fenômeno recente, muito menos, uma premissa do século XX, embora no final desse século, a Educação do Campo conquiste um espaço significativo na agenda política do país. É nesse período, que também se reconhece que para além do espaço de produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem, o campo é um lugar de vida, cultura, educação e produção da existência.

Numa análise não muito apurada sobre as leis que regeram o país anterior a Constituição Federal de 1988, verifica-se pouca importância com a educação rural, ainda que naquele contexto, o Brasil fosse considerado um país eminentemente rural, essa situação de descaso com a Educação do Campo se dava porque a economia agrária do Brasil estava atrelada ao latifúndio e desenvolvida por meio do trabalho escravo.

De acordo com Kolling, Cerioli e Caldart (2002, p. 35), “não se pode perder de vista que o ensino desenvolvido durante o período colonial, ancorava-se nos princípios da Contra-reforma, era alheio à vida da sociedade nascente e excluía os escravos, as mulheres e os agregados”, um modelo de educação que vigorou durante longo período no Brasil, mesmo com a expulsão dos Jesuítas em 1759.

A Constituição de 1934 é a que mais inova, haja vista, que ela recebe influência das ideias do Movimento Renovador, que resultou no Manifesto dos Pioneiros de 1932,

que “expressa claramente os impactos de uma nova relação de forças que se instalou na sociedade a partir das insatisfações de vários setores cafeicultores, intelectuais, classes médias e até massas populares” (KOLLING, CERIOLI e CALDART 2002, 37). Assim, podemos elencar como conquista de direitos significativos a partir dessa Carta, os seguintes aspectos,

(...) firma a concepção do Estado educador e atribui às três esferas do poder publico responsabilidades com a garantia do direito à educação. Também prevê o Plano Nacional de Educação, a organização do ensino em sistemas, bem como a instituição dos conselhos de Educação que, em todos os níveis, recebem incumbências relacionadas à assessoria dos governos, à elaboração do plano de educação e à distribuição de fundos especiais. Por aí, identificam-se, neste campo, as novas pretensões que estavam postas na sociedade. (KOLLING, CERIOLI e CALDART 2002, p.37)

Esta Constituição, firma a responsabilidade do Estado com o atendimento escolar do campo e, em seu artigo 156 versa sobre o financiamento:

Art 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. (BRASIL, 1934)

Como se percebe no texto constitucional que a maior parcela de contribuição e financiamento da educação rural, fica com a incumbência da União, isto se deve porque naquele período a situação rural ainda não era vista como forma de trabalho, mas como forma de participação e direitos sociais.

Assim, para alguns, a grande intenção era a interiorização do ensino, bem como também, o “desejo de expansão e de domínio das elites a qualquer custo, em um país que tinha, no campo, a parcela mais numerosa de sua população e a base da sua economia” (KOLLING, CERIOLI e CALDART 2002, p.38), para outros, “representava mais uma estratégia para manter, sob controle, as tensões e conflitos decorrentes de um modelo civilizatório que reproduzia práticas sociais de abuso de poder”(idem, p.38).

A Constituição de 1937, manifestou maior preocupação com a sociedade industrial nascente, passando a lei a versar sobre o ensino profissional, todavia, um ensino destinado às classes menos favorecida, um ensino que visava preparar mão de obra para o mercado.

Art. 129 (...) O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

No artigo 130 assegura o ensino primário gratuito e obrigatório, assegurando inclusive uma contribuição módica para os mais necessitados para caixa escolar.

Outra lei subsequente, a Constituição de 1946, amplia as ideias da Constituição de 1934, mas negligência o ensino agrícola ao tornar obrigatório apenas o ensino aos trabalhadores e seus filhos nas empresas industriais e comerciais,

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

(...)

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

(...)(BRASIL, 1946)

Para Kolling, Cerioli e Caldart (2002) a Constituição de 1967, identifica-se a obrigatoriedade das empresas convencionais agrícolas e industriais de oferecerem o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes, mas, nas cartas de 1937 e 1946, apenas as empresas comerciais e industriais eram obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, isto é, novamente, tira das empresas agrícolas a obrigação com a educação do trabalhador do campo.

Feita essas problematizações, é importante ressaltar que a ausência de articulação entre as diversas esferas do poder público comprometeu o desenvolvimento de uma política educacional o conjunto dos trabalhadores do país. Por outro lado, a classe média emergente via a educação como ascensão social, e passa a reivindicá-la como meio para ingressar no processo de industrialização que o país estava vivendo. No campo, predominava a ausência de uma consciência sobre a importância da educação, uma vez que a dinâmica de vida e produção no campo não demandava escolarização.

A Constituição de 1988 inaugura uma ótica de reconhecimento de direitos, primeiro ao colocar a educação no campo de direitos sociais, depois, por reconhece-la direito subjetivo no art. 208 § 1º: “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. Por direito subjetivo, entende-se como um instrumento jurídico de controle da atuação do poder estatal, uma vez que permite ao povo reivindicar no âmbito do Estado a garantia da execução de seus direitos.

Tomando por base esse princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, reconhece que a educação é indispensável para o exercício da cidadania, possibilita progredir tanto no trabalho como nos estudos. E, no artigo 23, abre espaço para um rol de possibilidades de como deve ser organizadas as etapas e modalidades de ensino, bem como, estruturar o calendário escolar.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

(...)

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. (BRASIL, 1996)

Outro ponto importante da LDB 9394/96 é o artigo 28 destinado à educação rural, que versa sobre a adequação do currículo escolar às peculiaridades da vida rural,

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Assim sendo, a Carta Magna de 1988 e a LDB de 1996, constituem importantes alicerces de luta por uma Educação do Campo no país que reconheça a diversidade social, cultural e o direito à igualdade e à diferença, essas leis tornaram possível a provocação do movimento social do campo ao Estado brasileiro, que respondeu com diretrizes operacionais e políticas públicas para a Educação do Campo.

3 | POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL PARA O CAMPO: UMA OLHAR A PARTIR DO PME DE SERRA RAMALHO

O século XXI sinaliza para uma nova maneira de pensar e discutir o campo brasileiro, fruto das lutas e reivindicações, de diferentes setores da sociedade, dos quais podemos elencar: as organizações, movimentos sociais do campo e setores universitários que se unem para construir uma concepção de Educação do Campo. Todavia, com uma proposta que contraponha as políticas de educação rural com forte perspectiva neoliberal, que sempre atravessou o cenário educacional. Outro ponto a se discutir é se de fato essas políticas têm contemplado a Educação do Campo.

A primeira política pública desse período, que requer uma análise é o Plano Nacional de Educação – PNE – Lei nº 10.172/2001, que teve vigência até 31 de dezembro de 2010, que ao discutir a escola rural enfatiza que,

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação

da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade. (BRASIL, 2001, p.58)

Analisando esse ponto da lei, é preciso considerar que a unidocência não é o problema da escola do campo, o problema é a sua precarização. Outro aspecto é que ao defender a seriação, contribui para o fechamento de muitas escolas, ocasionando o deslocamento dos alunos, que são obrigados a seguir padrões urbanos de ensino. Munarim (2011) é enfático ao fazer uma crítica ao PNE, (Lei 10.172, 2001-2010), que, segundo o autor “por seu conteúdo e conceitos subjacentes às diretrizes que compõem e pelos resultados concretos que produziu, pode se dizer que o Estado brasileiro naquele período ensejava uma espécie de antiprojeto de Educação do Campo” (MUNARIM, 2011, p.53).

No bojo das políticas públicas, temos grandes momentos que sinalizam avanços para discutir a Educação do Campo: a Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, que Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre política de educação do campo e o Pronera.

A Resolução de 2002 reconhece o modo próprio de vida social do campo e a diversidade que constitui a identidade da população campesina e, no parágrafo único do artigo 2º define que,

Art. 2 (...) A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Assim, as Diretrizes Operacionais garantem a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional; reconhecem a diversidade como categoria central do campo, em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração, etnia e deve atravessar as propostas pedagógicas das escolas do campo. E desenha os rumos para a Educação do Campo considerando o desenvolvimento sustentável, a gestão democrática, propostas pedagógicas, que valorizem a organização do ensino o acesso aos avanços científicos e tecnológicos que podem contribuir para a qualidade de vida no campo.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, traz aspectos fundamentais para a Educação do Campo, além de ser a primeira vez que aparece em um documento normativo, a denominação “Educação do Campo”, ela amplia a garantia de acesso, permanência e sucesso escolar. E especifica a qual público ela se destina, isto é,

às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Um ponto forte e significativo da Resolução de 2008 é assegurar o funcionamento da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental na própria comunidade, quando o artigo 3º diz que serão sempre oferecidos na própria comunidade, evitando a nucleação das escolas e o deslocamento das crianças. Por outro lado, coloca que para os anos finais e Ensino Médio, o deslocamento poderá ser feito, mas do campo para o campo, e sempre com a participação da comunidade nas tomadas de decisão.

O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro 2010 representa a concretização das lutas sociais por uma Educação do Campo, ao mesmo tempo que fortalece as organizações e movimentos sociais para continuar lutando, “é possível dizer que se tem no Brasil uma política pública, no seu sentido de política permanente, porque é materializado no escopo do Estado Brasileiro” (MUNARIM, 2011, p.56)

Assim, o Decreto nº 7.352 traz inúmeros elementos para pensar o fortalecimento das lutas sociais do campo: eleva o Pronera à categoria de política pública, valorizando-o; consolida as discussões apresentadas pelas resoluções do CNE; amplia o conceito de educação superior e fortalece o conceito de escolas do campo:

Art. 2º São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010)

Partindo do conhecimento de políticas públicas importantes para o contexto do campo nos últimos anos, reconhecendo o Decreto, como marco, significativo na Educação do Campo, uma vez que traz o conceito de escola do campo a partir da vinculação dos

sujeitos a que ela se destina, neste texto, busca-se analisar como a Educação do Campo é apresentada no Plano Municipal de Educação de Serra do Ramalho, município localizado na região oeste da Bahia.

O município de Serra do Ramalho é eminentemente rural, tem mais de 80% de suas escolas no campo, mas, na realidade apresenta um esvaziamento dessa concepção nos discursos e práticas dos professores do município. Para fins de estudo realizado em nível de mestrado, este artigo, faz uma análise documental a partir do PME de Serra do Ramalho, Lei nº 375, de 18 de agosto de 2015.

O referido documento é constituído de 10 diretrizes e 20 metas a serem alcançadas durante o período de sua vigência de 2015 a 2025, em consonância com o PNE, Lei n. 13.005/2014. O documento traz um histórico do município, mostrando os aspectos ambientais, sociais, socioeconômicos, político e culturais de Serra do Ramalho.

Reconhece ser um município atípico, dado que teve sua constituição para abrigar as pessoas desapropriadas pela barragem de Sobradinho e abrigando trabalhadores sem terra de várias partes do país. Assim, reconhece que mais de 80% da população reside no campo, como mostra a tabela abaixo:

Anos	Total da População 2000	Total de Homens	Total de Mulheres	Total da População Urbana	Total da População Rural
2000	32.600	17.000	15.600	3.742	28.858
2010	31.646	16.381	15.265	6.282	25.364

TABELA 1: População do Município de Serra do Ramalho

Fonte: IBGE (2010)

O PME de Serra do Ramalho apresenta dados consistentes no que se refere ao mapeamento de escolas e matrículas no município. Fundamenta que a organização do Sistema Municipal de Ensino é seriado e/ou multisseriada, uma forma de contemplar as especificidades culturais e as peculiaridades da região, contemplando as modalidades: Educação do/no Campo, Indígena, Quilombola, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	1	3	4	2	41	43
2011	1	3	4	2	41	43
2012	1	2	3	4	40	44
2013	1	2	3	4	40	44

TABELA 2. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal¹

Fonte: PME de Serra do Ramalho (2015)

Feita essas considerações, enfocaremos em como a Educação do Campo é discutida e legitimada no PME de Serra do Ramalho, uma vez que a maior parte dos alunos atendidos no município residem no campo. Ao tratar da Educação do Campo, parte das Resoluções e Pareceres que institui as Diretrizes para Educação do Campo, reconhece que no município “não existe proposta de Educação do Campo, no entanto em todas as comunidades das áreas de Assentamento existentes é oferecido o ensino desde a Educação Infantil ao Fundamental” (SERRA DO RAMALHO, 2015, p. 49).

Dito isso, apresentamos uma análise das metas e estratégias do PME do município de Serra do Ramalho que contemplam a Educação do Campo, na seção que segue.

3.1 Metas e estratégias do PME de Serra do Ramalho para a educação do campo

Nesta seção, realizamos uma breve análise das diretrizes, metas e estratégias para a Educação do Campo no município de Serra do Ramalho presente no PME, a partir da meta 1, que versa sobre a universalização da Educação Infantil e a meta 2, sobre o Ensino Fundamental, assim, destacamos algumas estratégias presentes nas referidas metas:

1.1 Construir, em regime de colaboração com entes federativos, centros de Educação Infantil na zona urbana e rural do município, com base em demandas apresentadas.

1.3 Mapear número de crianças de 0 a 5 anos que estão fora da escola em parceria com diretores das escolas, agentes comunitários de saúde que atendem nas comunidades rurais e urbana.

2.5 Oferecer formação profissional, em parceria com as instituições de Ensino Superior, aos educadores que atuam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, organizadas em polos conforme demanda (SERRA DO RAMALHO, 2015, p. 73-74).

Identificamos que as metas e estratégias aparecem de forma genérica e não contemplam as especificidades das escolas do campo, principalmente a meta 1 e meta

¹ Os dados presentes na tabela 2 corresponde ao período de revisão do PME.

2, que desconsideram a realidade, a diversidade de agrovilas e povoados que estruturam o perímetro rural do município. Assim, seria coerente apontar quais comunidades rurais e urbanas devem ser contempladas com Centros de Educação Infantil. Ao propor formação para os educadores que atuam no campo, o documento desconsidera também que a definição de escola do campo é construída a partir dos sujeitos que ela atende.

Consideramos um avanço significativo, as metas: 5 Alfabetização Infantil e 6 Educação Integral, assim, destacamos respectivamente as estratégias que melhor representam a Educação do Campo:

5.6 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas, de populações itinerantes e comunidades tradicionais, com materiais didáticos e orientações pedagógicas específicas valorizando e respeitando a identidade cultural de cada um (SERRA DO RAMALHO, 2015, p. 78).

6.1 Reestruturar e/ou ampliar o espaço físico das escolas e mobiliário adequado em regime de colaboração com os entes federativos e recursos próprios para atendimento em tempo integral as escolas, prioritariamente em comunidades da zona rural, indígenas e quilombolas de porte especial e posterior em escolas com crianças em situação de vulnerabilidade social conforme demanda (SERRA DO RAMALHO, 2015, p. 79).

Nestas metas, percebemos o desejo de desenvolver um ensino que respeita a diversidade e que aconteça a partir da organização de espaços adequados a realidade dos sujeitos e das localidades atendidas.

A meta 7, de maneira superficial, trata da Qualidade da Educação Básica e propõe na estratégia 7.2 construir um sistema de avaliação institucional para acompanhar a aprendizagem por série e na estratégia 7.11 garantir em regime de colaboração com os entes federativos, transporte escolar (SERRA DO RAMALHO, 2015). O questionamento que se coloca é, que qualidade de educação é essa que desconsidera a realidade do campo, principalmente ao propor um sistema de avaliação seriado, desconsiderando a existências das turmas multisseriada. Não seriam estas avaliadas, ou serão avaliadas com instrumento distinto da sua natureza? Outro aspecto contraditório, é a defesa da garantia de transporte escolar campo-cidade, quando a reivindicação é assegurar ao aluno o direito de aprender no lugar em que ele vive.

Finalmente, a meta 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério apresenta como estratégia 17.4 programas de formação específica para os profissionais da educação do campo, indígena e quilombolas, prevalecendo como valorização para os profissionais que atuam no campo, a formação específica; e a meta 18 – Plano de Carreira, que na estratégia 18.1(SERRA DO RAMALHO, 2015), de maneira artificial, propõe considerar nos concursos públicos, as especificidades das escolas do campo e das comunidades indígenas no sentido de prover cargos efetivos para essas comunidades e escolas, como se a solução para o problema da qualidade da educação do campo estivesse apenas na efetivação de professores para as escolas do campo.

Mediante a maneira como a Educação do Campo aparece projetada no PME – ausência de uma discussão concreta, metas e estratégias claras, somos motivados a problematizar, se o Plano Municipal de Educação do município de Serra do Ramalho, no que se refere à educação do campo, não é mais uma lei que apenas reforça a educação no campo, sem espaço para tematizar a diversidade, os saberes, as culturas a forma de vida, e o efetivo atendimento do direito subjetivo dos sujeitos do campo, à educação com qualidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras dos marcos legais que amparam a Educação do Campo e as consultas às Cartas Magnas trazem uma clareza de como a Educação do Campo foi historicamente negligenciada. Ao nosso ver, faltava no campo uma consciência da importância da educação para sua população, uma vez que não precisava de muito estudo para viver e trabalhar no campo, com total ausência de tecnologia e, por outro lado, quando se começou a pensar em educação para a população camponesa a ideia que se tinha era de fixar o homem no campo, de maneira a conter o êxodo rural e preparar mão de obra para o trabalho.

O contexto do século XXI, fortemente influenciado pelas lutas sociais e impulsionado pela Constituição Federal de 1988, ampliou o direito à educação, tornando-o subjetivo, fez com que se pense numa educação que valorize a diversidade, as manifestações culturais e respeite os espaços dos sujeitos. Conquistando-se, nas últimas décadas, políticas públicas, que tem em seu cerne, atuar de forma focalizada de maneira a atender as especificidades dos sujeitos de modo indistinto.

É nesse contexto, que emerge o PME, que projeta metas para dez anos. No caso de Serra do Ramalho sinaliza avanço ao discutir a Educação do Campo e reconhecer que o município é rural, mas ainda se percebe a ausência de metas e estratégias claras no que se refere ao projeto da Educação do Campo, pois ao coloca-las no campo genérico, pouco contribui para firmar a identidade desse projeto de educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Abril, 2002. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Portal MEC. Brasília: DF, 2008.

BRASIL. Brasília. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de jul. de 1934. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. Brasília. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 10 de nov. de 1937. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. Brasília. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 18 de set. de 1946. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. Brasília. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**. 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília: 2010. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.172**. 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em www.soleis.adv.br. Acesso em: 01 fev. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 02 fev. 2020.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete (orgs.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas, Brasília, DF: articulação nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2002.

MUNARIM, Antonio. Educação do campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. **Em Aberto**, Brasília, v.24, n.85, p.51-63, abr.2011.

SERRA DO RAMALHO. **Lei nº 375**. 18 de agosto de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Serra do Ramalho – Bahia, e dá outras providências. Disponível em <http://serradoramalho.ba.gov.br/>, acesso em: 02 fev. 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptação 3, 58, 75, 116, 124, 126, 130, 136, 211

Adolescência 114, 116, 119, 140, 143, 144, 199

Agricultura 66, 68

Aplicativos educacionais 24, 25, 26, 30, 32, 34, 35

App inventor 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Aprendizagem 9, 1, 2, 3, 4, 10, 11, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 58, 59, 60, 63, 64, 75, 85, 87, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 134, 135, 136, 145, 147, 148, 156, 157, 162, 177, 204, 205, 209, 210, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 234

Autismo 114, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 129, 130, 132, 135, 136, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Avaliação diagnóstica 216, 217, 218, 219

B

Biologia 89, 90, 123, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214

C

Coleta seletiva 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194

Conectando saberes 105, 106, 107, 108, 112

D

Desafios no ensino médio 204

Dialogismo 221, 222, 226

Dificuldades 59, 60, 85, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 112, 115, 116, 118, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 136, 143, 149, 150, 151, 165, 172, 193, 196, 204, 210, 217, 218, 219

Documentação 38, 47

E

Educação 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 24, 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 49, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 119, 120, 123, 124, 126, 132, 135, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234

Educação ambiental 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 215

Educação brasileira 165, 166, 167, 171, 172
Educação científica 105, 106, 109, 111
Educação de qualidade 78, 83, 147, 230
Educação do campo 75, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 163, 164
Educar pela pesquisa 105, 106, 107, 112, 113
Ensino de física 93, 103
Ensino fundamental II 186, 187, 189, 190

F

Feira 66, 67, 68, 69, 72, 167
Folclore 44, 45, 52, 53, 54, 55, 56, 57
Formação de professores 9, 24, 25, 28, 39, 135, 146, 148, 171, 173, 208, 233, 234
Formação docente 148, 165, 166, 171, 172

G

Gênero discursivo 221, 222, 224
Gestão democrática 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 158, 207
Gestão escolar 40, 41, 42, 78, 79, 80, 81, 84, 233

I

Inclusão digital 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10
Inclusão escolar 77, 114, 116, 120, 121, 123, 124, 127, 130, 131, 132, 135, 136, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151
Infâncias 174, 175, 179, 180, 182, 183, 184, 185
Instituição total 195, 196, 197, 200, 201, 202
Instrumentos 41, 96, 111, 114, 122, 130, 134, 136, 216, 217, 219
Investigação 24, 28, 35, 93, 96, 98, 103, 107, 121, 159, 179, 216, 217, 218, 233

L

Licenciatura intercultural 38, 39, 42, 43
Linguagem 24, 28, 29, 35, 40, 47, 53, 54, 66, 67, 68, 76, 101, 102, 117, 122, 126, 140, 149, 222, 223

M

Mudanças curriculares 204

O

Oscilador harmônico 93

P

Paciente 58, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 218

Pedagogia hospitalar 58, 59, 62, 63, 64, 65

Perspectivas docentes 204

Plano municipal de educação 11, 78, 79, 81, 84, 153, 154, 160, 163, 164

Políticas públicas 1, 2, 3, 10, 39, 43, 79, 81, 107, 153, 154, 158, 159, 163, 164, 187, 207

Pós-modernidade 174, 175, 176, 178, 180, 184, 214

Povos indígenas 38, 39, 40, 43

Práticas pedagógicas 44, 56, 85, 87, 88, 90, 91, 117, 126, 129, 135, 179

Produção textual 110, 221, 222, 225, 231, 232

Programa de ressocialização 195

S

Scratch 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Sequência de ensino investigativa 93, 96, 97

Sinase 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202

Software educacional modellus 93

Subjetividade 9, 118, 165, 166, 167, 168, 172, 174, 184, 217

Sujeitos infantis 174, 175, 178, 179, 180, 181, 183, 184

Surdo 66

T

Trabalho de conclusão de curso 38, 105, 107

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

5

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021